



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento
das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: A Venezuela no Mercosul: Crise, impactos diplomáticos e econômicos (2013-2017)

Nome do(a) Estudante: Nathalia Menezes de Oliveira

Nome do(a) Orientador(a): Ismara Izepe de Souza

Ano de Depósito: 2020

RESUMO

A Venezuela é um país de extrema relevância quando falamos de América Latina, pelo seu tamanho tanto populacional quanto geográfico, mas principalmente pela sua estrutura econômica que fortalece o país internacionalmente como um grande produtor de petróleo. Diante disto o país teve uma história recente conturbada e com dificuldades em estabelecer uma política que ajudasse a população e que pudesse utilizar essa riqueza vinda do petróleo em prol do bem-estar social e do próprio Estado. Para fins deste trabalho, abordaremos na seção inicial a história da Venezuela em termos econômicos, políticos e um delineamento da política externa adotada por seus governos, apontando os momentos de crise e maior instabilidade para que possamos entender o caminho percorrido pelo país. A ideia principal deste estudo é desenvolvida na segunda e terceira seção, que é analisar a atuação da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul), delineando quais foram os impactos diplomáticos e econômicos durante o período de 2013 a 2017, mas também abordar os acontecimentos que o levaram a ser um membro do Mercosul e seus impactos.

Palavras-chave: Mercosul; Venezuela; Crise; Diplomacia; Integração; Cooperação.

ABSTRACT

Venezuela is a country of extreme relevance when it comes to Latin America, due both to its population and geographic size, but mainly due to its economic structure that strengthens the country's position internationally as a major oil producer. In the light of the country's recent troubled history, many difficulties appeared in establishing a policy that would help the population and that could *benefit from oil wealth in favor of social welfare and the State. For

the purposes of this work, we will address in the initial section the history of Venezuela in economic, political terms and an outline of the foreign policy adopted by its governments, pointing out the moments of crisis and greater instability so that we can understand the path taken by the country. The main idea of this study is developed in the second and third section, which is to analyze Venezuela's performance in the Southern Common Market (Mercosur), outlining what were the diplomatic and economic impacts during the period from 2013 to 2017, but also to address the events that led the country to be a member of Mercosur and its impacts.

Keywords: Mercosur; Venezuela; Crisis; Diplomacy; Integration; Cooperation.

Um breve histórico sobre a Venezuela

A sociedade venezuelana até o final do século 19 foi caracterizada por um povo extremamente rural, sem apresentar dinamismo da sua estrutura econômica, como de outras economias sul-americanas. Essa característica só passou a ter mudanças a partir da descoberta do petróleo em 1917, que logo se tornaria o principal produto de exportação do país e sua maior fonte de renda (Santos, 2018, p. 33). Com a arrecadação vinda do petróleo, ocorreu uma valorização da moeda local que impactou nos preços dos produtos de gêneros agrícolas exportáveis, assim, o país se tornou um importador de alimentos, deixando o setor rural para uma migração urbana e adotando a importação como principal fonte de chegada de alimentos. (SANTOS, 2018, p. 34)

Diante de tais características a Venezuela se tornou um país com economia rentista associando sua prosperidade ao sucesso do petróleo. Uma análise feita por Wallace Moraes (2008, n.p) aponta que, apesar da Venezuela ser um país rico devido ao petróleo, essa fonte não atuava diretamente na inexistência de pobreza, ao contrário, esses recursos produziram uma quantidade significativa de pessoas pobres em meio a grandes riquezas.

No livro *A Revolução Venezuelana*, Gilberto Maringoni aponta que naquele período a Venezuela já havia se tornado o segundo maior produtor mundial de petróleo e não havia mais volta para o país que se tornaria uma economia extrativista importadora de bens industrializados diante do dinheiro fácil (2008, p. 45).

Aquém da questão econômica, o país desde a sua independência teve dentre seus governos uma sucessão de ditaduras militares, interrompida brevemente por um presidente democraticamente eleito, Rómulo Gallegos em 1948, que durou poucos meses e por fim a última ditadura militar de Pérez Jiménez em 1958 (VALENTE, 2015). Existiu dentre esses períodos um plano de desenvolvimento da Venezuela, e o último voltado para obras públicas, mas sempre atrelado ao capital estrangeiro e favorecendo as elites venezuelanas, mantendo as

estruturas sociais e o acúmulo de capital. Assim, em 1957 ocorreu uma série de manifestações contrárias ao governo Jiménez, derrocado em 1958.

Em seguida é eleito Rômulo Bittencourt em 1959, que dá início ao chamado *Pacto Punto Fijo*, um acordo que estabelece o modelo democrático-representativo construindo um sistema eleitoral que, devido às suas regras, permitiu que somente dois dos maiores partidos pudessem ter candidatos ao governo, sendo o primeiro do presidente Rômulo Bittencourt, os partidos eram denominados de *Acción Democrática (AD)* e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)*, e assim revezaram no poder até o ano de 1999. As diretrizes estabelecidas durante este regime foram a utilização da renda petrolífera para atender as demandas estatais em todos os setores e até mesmo no quesito militar (OLIVEIRA, 2013, p. 133). O pacto se manteve durante 40 anos, em regime democrático, mas excluiu diversas forças políticas na esquerda venezuelana e extinguiu quaisquer opositores do governo.

O regime trouxe muita estabilidade política e econômica ao país durante um período, apesar de um contexto de crises econômicas, golpes de estado e ditaduras militares dentro do continente, simultaneamente com o andamento da Guerra Fria e da atuação ativa dos Estados Unidos na América Latina (BRUCE, 2017, p. 48).

O petróleo foi um dos insumos mais consumidos internacionalmente, a demanda excessiva do produto provocou um aumento dos preços em 1973 e a Venezuela como fornecedor internacional vê as suas receitas dispararem, e decide dar início a inúmeras obras públicas de infraestrutura que forneceram subsídios econômicos diretos e indiretos ao consumo, acarretando em uma distribuição de renda entre a população de forma desigual como aponta Fábio Santos (2018), na continuação da sua análise, expõe que existe um aumento na corrupção dado a estratégia de enriquecimento privado que acontecia através da utilização de cargos públicos.

Em 1975, é criada a indústria Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), com o objetivo de nacionalizar ainda mais o petróleo. Porém, como evidencia Gilberto Maringoni (2009, p. 66) com a criação da empresa estatal PDVSA, várias concessionárias privadas começaram a atuar em conjunto, como se fossem filiais da empresa. Em termos gerais essas empresas eram subordinadas ao Ministério das Minas e Energias, mas com o passar do tempo e com o seu crescimento acelerado a corporação adquire autonomia diante do estado venezuelano e causa um afastamento do estado.

No contexto de política externa, o período não foi marcado por grandes ações diplomáticas. Como discorre Carlos Romero (2003, p.324), somente a partir de 1972 existe uma maior iniciativa do governo aos temas de integração regional como na Associação Latino Americana

de Livre Comércio (ALAC), Comunidade Andina, com intensidade na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e temas relacionados às fronteiras, na região do Caribe e dos Estados Unidos, aproximação esta que influencia diretamente nas novas políticas implementadas e que acarretam impactos negativos da população em relação ao governo.

O governo venezuelano adquiriu no período uma série de recursos externos com a promessa dos lucros do petróleo, mas na década de 1980 ocorreu uma queda dos seus preços causando a crise da dívida, que não só afetou a Venezuela como também toda a América Latina. Deste período para a frente, foram adotadas medidas econômicas alinhadas ao neoliberalismo, originando o início do declínio da estabilidade do estado venezuelano nos termos sociais.

Em 1989 ocorreu o aumento dos preços da gasolina que fragilizou ainda mais a confiança da população ao governo, ocasionando uma grande insatisfação popular e consequentemente sucedeu em uma das rebeliões mais violentas da história venezuelana. Seus ideais eram contra as políticas neoliberais adotadas pelo Estado - de acordo com o que estava sendo instruído pelo FMI - conhecido então como o *Caracazo*, possibilitando uma rachadura no regime do *Punto Fijo*. Conforme observa Carlos A. Romero,

A verdade é que o país começou a perceber que a riqueza petrolífera tinha seus limites, que o grande complexo clientelístico reunindo Estado e sociedade não se sustentava mais, que surgia o problema do pagamento da dívida externa, devido ao seu montante e ao desperdício desses recursos em gastos correntes e em megaprojetos; que a moeda começava a se desvalorizar e que a legitimidade do sistema diminuía gradualmente, à medida que cresciam os protestos sociais, a incerteza econômica, a corrupção administrativa e a pouca eficiência de um setor público excessivo. (2005, p.208)

A partir deste momento, é evidente que o sistema estava fragilizado. Como aponta Paulo Vizentini, nos dois anos seguintes, devido a fatores internacionais e a própria atuação do governo através de acordos, o relacionamento entre o estado e a população é apaziguado e apesar dos resultados positivos alcançados, a vida da população venezuelana não havia melhorado. Nesse contexto, uma porcentagem expressiva da população atuava em trabalhos informais e a desigualdade social só aumentava. Em 1991 a situação volta a piorar, o governo já não tem tantos apoiadores mesmo dentro da sua base política, e embora tivessem realizados várias ações, não surtiram efeitos suficientes para melhorar a vida da população (1994, p.14-16).

Neste cenário político, a oposição venezuelana, que sofria ainda mais repressão desde o início do sistema, ganhou espaço para articulação e em 1992 ocorre uma tentativa da derrubada do presidente vigente, Carlos Andrés Pérez, liderada por Hugo Chávez que, apesar de ter fracasso no golpe se tornou um líder de esquerda venezuelana, ganhando amplo apoio da população. O perfil humilde e ao mesmo tempo desafiador do líder popular venezuelano era o que a população mais reconhecia e isso os inspirava (SANTOS, 2018).

Na época, Carlos Andrés Peres suportou a tentativa de golpe político, no entanto, um ano após essa experiência foi deposto por meio de um processo jurídico em que foi acusado de corrupção permanecendo em prisão domiciliar. Então, houve novamente uma eleição no país e foi escolhida uma outra figura forte do *Pacto Punto Fijo*, Rafael Caldeira, que realizou em sua campanha um grande movimento de desvinculação ao antigo governo e ruptura com suas políticas. Entretanto, Fábio Santos cita que "em pouco tempo este governo capitulou aos constrangimentos neoliberais, selando diante da população a falência das alternativas políticas convencionais" (2018, p.44). Assim, perdeu força com sua política e permitiu a ascensão de Hugo Chávez como uma alternativa para as políticas praticadas desde 1959.

A posse do presidente Hugo Chávez em 1999 foi um marco para a Venezuela, pois foi o início da era de um presidente de cunho progressista e discursos revolucionários. Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela com intuito de modificar a Constituição Federal, e conseguiu, pois ao assumir a presidência tinha a maioria da base a seu favor. Com isso, a nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela foi aprovada e constituída de 350 artigos, nos quais estavam incluídas a extensão de mandato presidencial para 6 anos e a oportunidade de reeleição (AZEREDO, 2003).

O plano econômico de seu governo teve enfoque em promover um crescimento econômico sustentado e diversificado, reduzindo a inflação, aumentando o nível de empregos e criando reformas voltadas para o campo. Para o governo, a atuação do estado nos setores econômicos era crucial, o autor Pedro Silva Barros cita que neste período foi considerado o

Estado como protetor do interesse geral da população e, por isso, cabia a ele promover as atividades econômicas privadas e regular a intervenção dos agentes econômicos para evitar condições de concorrência desleal. Além disso, cabia ao Estado estimular e favorecer a acumulação de capital físico e humano do país, não só através de políticas de estímulo ao investimento nacional e estrangeiro, mas criando as regras do jogo que garantam a segurança jurídica dos capitais que assumam o risco de incorporar-se a esse esforço de transformação econômica." (2006, p.218)

O aumento do gasto público e resultados eficientes na redução da pobreza no país foram os principais pilares do governo (VASCONCELLOS, 2009, p.21-25). De acordo com Cano (2002), um dos principais desejos do governo de Hugo Chávez no ano de 1999, foi denominado Plano Bolívar. Seu objetivo era focar na realização de obras públicas, redistribuição de terras estatais, extensão do setor da agricultura e desenvolvimento de microempresas e empregos. Para isso, foram convocados milhares de militares, servidores públicos e pessoas desempregadas para a realização destes projetos (CANO, 2002).

O governo Chávez se propôs a diversificar a matriz produtiva nacional, incentivando pequenas e médias empresas a se desenvolverem, apesar que em todo o seu mandato a renda petroleira continuou sendo a principal fonte de recursos e ajudou a incentivar minimamente outros setores. De acordo com Feijó (2005), sendo o principal meio de alavancagem do país, o petróleo foi um dos principais agentes de mudança social e econômica do estado. Nesse contexto, houve a criação da lei de Hidrocarbonetos no qual o estado foi inserido no setor petrolífero que antes era dominado pelas empresas privadas e tornou-se detentor da maior parte do lucro das vendas de petróleo.

No que tange a política externa, o governo de Hugo Chávez foi considerado um governo com um posicionamento extremamente anti imperialista e que apostou em uma reivindicação das relações latinoamericanas, apesar da continuidade das políticas puntofijistas em um período do governo, mas que se esforçou para se desvincular dessas políticas.

Durante o seu primeiro governo, de 1999 a 2013, a política exterior venezuelana teve como estratégia a integração com os países da América Latina. Justificado principalmente, pela frente contra o imperialismo norte-americano pois acreditava que essa integração poderia servir de contra-peso a influência dos Estados Unidos (SALAS, 2016, p.132).

Uma das suas primeiras agendas foi fortalecer a soberania nacional e o posicionamento venezuelano na economia internacional com a consolidação das relações diplomáticas com integração em diversos setores. Em síntese, os objetivos principais da política externa do governo foram definidos pela: “i) construção de uma ordem mundial multipolar; ii) o fortalecimento da cooperação dos países que compõem o eixo Sul-Sul; iii) impulso ao ideal bolivariano de integração e iv) combate à agenda neoliberal”. (BRICEÑO RUIZ, 2011, p.59 apud FERREIRA, 2016, p.115). Havia necessidade da construção de novos blocos de poder, no sentido de construir relacionamentos diplomáticos com outros países e principalmente aqueles com maior aproximação regional.

No plano de governo, no que tange aos objetivos internacionais é destacado no documento do governo intitulado de “*Líneas generales del Plan Nacional de Desarrollo*

Económico y Social de La Nación 2001-2007”, na sessão de “*Equilibrio Internacional*”, que um dos objetivos específicos é a promoção da integração latino americana e caribenha, aprofundamento da integração econômica social e o impulso do sistema político latinoamericano. E além disso,

[...] Impulsar el ingreso de Venezuela como miembro asociado del MERCOSUR y la asociación entre MERCOSUR y la CAN. Esto con la finalidad de que se consolide un espacio económico sudamericano mediante la convergencia progresiva entre la Comunidad Andina y el Mercosur que, afianzados en un solo gran bloque, sea lo suficientemente sólido para enfrentar un reto como el planteado por el ALCA. (VENEZUELA, 2001, p.160).

Em suma, o autor Anatólio M. Arce, sintetiza bem a política adotada pelo presidente neste período.

Chávez optou por uma postura crítica e combativa frente aos países desenvolvidos, à globalização e ao neoliberalismo, todos esses projetos de nação muito populares no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. O presidente venezuelano preferia convocar as nações em desenvolvimento a se unirem. Defendia essa tese como única forma de solucionar o problema da dívida externa bem como de superar a crise mundial daquele período que havia impactado os países asiáticos e na América Latina afetou o México, o Brasil e a Argentina. (2013, p.61).

Assim, o governo Venezuelano se afastava politicamente dos Estados Unidos e tentava se aproximar dos países latino americanos através das organizações regionais. Em 2006, a Venezuela teve um dos momentos mais estáveis politicamente e economicamente, pois no eixo social a qualidade de vida da população estava cada vez melhor.

De fato, o principal produto e fonte de riqueza da Venezuela era o petróleo comercializado para o mundo inteiro e que gerava fonte de renda para milhares de pessoas. As parcerias com o mercado chinês e com aqueles países que tinham viés anti-estadunidense, foram cada vez maiores na medida em que sua imagem era bem notada por países aliados que realizavam acordos. Como exemplo, troca de petróleo por carne e leite com a Nicarágua e troca por serviços sociais com Cuba (VANBIERVLIET, 2013).

De acordo com Ribeiro (2015), a Venezuela buscou a China como um dos principais parceiros econômicos e políticos devido aos ideais de um mundo multipolar e mais acessível, uma vez que ambos os países têm como viés respeitar a soberania dos povos. O mesmo autor cita que a Venezuela também tentou uma reaproximação da articulação do cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A partir do segundo mandato na presidência da Venezuela, o plano de Hugo Chávez foi se direcionando para um socialismo de viés mais radical, uma vez que a linguagem cepalina foi deixada em segundo plano e desenvolvida no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001-2007), que tinha como principal norteador a afeição pela diversificação, industrialização e a integração (FIGUEIRA, 2017).

No discurso de posse no seu segundo mandato, Chávez declarou que a finalidade do governo era de direcionar o país rumo ao socialismo do século XXI. No pensamento de Pereira (2015, p. 109), o socialismo do século XXI:

tratava-se [...] de uma ideologia embrionária, que visava promover uma democracia “proativa” e “participativa”, que aproxima a tomada de decisão do povo através de comitês localizados e, num objetivo mais ambicioso ainda, que substituiria em devido tempo a economia de mercado, orientada para o lucro, por um sistema de troca de bens e serviços através de “equivalências” calculadas segundo valores de uso acordados.

Nesse contexto, Chávez criou o Partido Socialista Unificado de Venezuela (PSUV) que foi uma tentativa de recuperar a base política já nem tão acreditada e conseqüentemente, a maioria dos aliados. Desse modo, sua ideia foi de convocar um novo referendo com consulta popular para modificar diversas prerrogativas da Carta Constitucional do ano de 1999, assim, estariam presentes algumas mudanças importantes para a política venezuelana. De acordo com Silva (2009), o presidente Hugo Chávez sofreu seu primeiro revés eleitoral em quase uma década de mandato, pois a população não aprovou o referendo realizado.

Apesar do avanço nas relações internacionais, a economia venezuelana possuía dependência em outros países, o que não era bom para sua estabilidade. Na visão de Cícero (2015 apud FIGUEIRA, 2017), a Venezuela tinha duas particularidades históricas que lhe eram atribuídas: 1) A potente dependência da iniciativa privada externa na atividade petrolífera nacional, uma vez que o país tinha baixa produtividade e inferioridade tecnológica e; 2) Baixa variedade produtiva e comercial, dependendo do crédito público trazidos pelos recursos petrolíferos.

Ainda que o governo tivesse uma resistente oposição, o governo Chávez foi marcado pela grande aceitação de seu governo ao longo da década de 2001 a 2010 pela parte mais popular de suas concepções e ideais. Porém, no ano de 2010 o governo Chávez perdeu a maioria dos apoiadores no que tange a aprovação de leis que iriam beneficiar seus interesses dentro da Assembleia Nacional (PRESSE, 2010).

Na visão de Pérez (2013), a qualidade do governo foi diminuindo nos últimos anos de mandato em relação à primeira década, como também, aumentavam-se os rumores referentes à saúde de Chávez uma vez que desde 2011 havia descoberto um câncer na região abdominal. Apesar disso, Hugo Chávez concorreu mais uma vez às eleições presidenciais em 2012 e conquistou 55,8% dos venezuelanos (SOUZA, 2015, p.59).

O presidente Hugo Chávez, sabendo da sua situação, pediu ao seu povo a eleição de seu vice-presidente Nicolás Maduro caso seu estado de saúde se agravasse (ARENAS, 2016). Tempos depois, Hugo Chávez teve sua morte confirmada no dia 5 de março de 2013 e divulgada pelo Ministro da Defesa do país que declarou apoio a Nicolás Maduro para as futuras eleições presidenciais (LEAL, 2016, p. 3-4). Nas eleições em 2013, Nicolás Maduro foi eleito com 50,75% dos votos, iniciando assim um governo turbulento que tinha como previsão de término o ano de 2019 (LEAL, 2016).

Já no início do mandato em 2013, a crise política foi motivada principalmente devido ao questionamento da oposição em relação aos resultados das eleições. Houve trocas de socos entre deputados de oposição e favoráveis ao governo dentro do parlamento, o motivo foi uma medida em que os congressistas só poderiam discursar caso aceitassem a vitória de Nicolás Maduro a qual não foi aceita pelos opositores do governo¹

O governo de Nicolás Maduro sofreu uma série de acusações de corrupção durante seu mandato. Os indicadores de transparência mostraram que a Venezuela era o país mais corrupto da América Latina e a diretora da ONG em Caracas, Mercedes de Freitas, alegou que havia evidências de que a crise da economia no país foi uma consequência do desvio dos fundos públicos.²

Em conjunto com tais acontecimentos, Hugo Chávez em 2012 havia assinado o Protocolo de Adesão para a entrada do país no bloco regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) vindo muito alinhado com a sua política externa, e tendo continuidade com a linha de governo e com as ideias de seu sucessor, Nicolás Maduro. O país foi aceito como membro do bloco em 2013 em um contexto de crise interna, e abordaremos no próximo capítulo quais os objetivos do bloco e de seus membros e em quais circunstâncias a Venezuela se torna membro.

¹ BBC NEWS, **Briga no parlamento complica crise política na Venezuela**. Maio de 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501_vene_violencia_polarizacao_pai>.

² EL PAÍS, **Chavismo deixa rastro de corrupção em duas décadas**. Janeiro de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/05/internacional/1546722599_121018.html>.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Venezuela

O Tratado de Assunção de 1991, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tinha como objetivo incentivar e estreitar o relacionamento entre os países mais próximos regionalmente, para que essa cooperação ajudasse no desenvolvimento das pautas comerciais. Ele foi construído de forma gradual e por uma série de etapas para reduções tarifárias que trariam uma liberdade na circulação de mercadorias (LAMPREIA, 2003).

Logo, o Mercado Comum do Sul, definido através deste tratado, tem como objetivo final a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, bem como a utilização de uma série de políticas que incentivem e facilitem o comércio entre todos os membros (ALMEIDA, 1993).

O curto prazo estabelecido e a ambiciosa meta de transformar uma zona de livre comércio em uma união aduaneira como considera Drummond (2003) foi em partes bem-sucedido. "O Mercosul havia atingido seu ponto ótimo benefício para todos os sócios e, em 1998, começava a perder terreno" (LAMPREIA, 2003, p.202).

Tal projeto de integração sofreu durante esse período de construção, por uma falta de articulação em conjunto e devido a uma sucessão de entraves econômicos nos seus dois principais membros, Argentina e Brasil. Além disso, a discordância entre os estados-membros acontece no decorrer de negociações devido à postura individual dos membros nos termos de política externa. Conforme Sônia Camargo (2005, p.81):

“Contudo, outras dimensões deveriam ser levadas em conta, ainda que seus resultados tenham sido, até agora, pouco consistentes. Caberia pensar que a funcionalidade do Mercosul estaria ligada a uma melhor forma de regular e administrar, em benefício de seus Estados-membros e de suas sociedades, o movimento global de transnacionalização financeira e de abertura dos mercados. Ou, em outras palavras, a uma maior coordenação macroeconômica que agisse como um instrumento para a construção de um ator unificado em torno de objetivos políticos comuns, com mais força de negociação nas instituições multilaterais e nas relações internacionais em geral. A posição conjunta dos Estados-membros do Mercosul referente a esses temas e a outros, como a necessidade de uma maior integração produtiva e de mudança em sua estrutura institucional, assim como de resistência às pressões vindas de Estados ou regiões mais fortes que desejassem incorporá-los, individualmente, a suas áreas de influência e poder, pode significar um meio de fortalecer uma identidade regional própria e uma imagem internacional com contornos mais definidos.”

Alguns autores, a partir dessas análises, concordam que o projeto em si está estagnado no momento atual. Logo, ao analisarem a trajetória do Mercosul, dividem em algumas fases:

“A primeira pode ser chamada de fase de formação e compreende o período entre 1991 e 1997, durante o qual é constituída a estrutura institucional do bloco. A ênfase é dada ao aspecto comercial do processo de integração, com a criação de órgãos destinados a tratar do tema. A segunda fase, que vai de 1998 a 2002, foi uma fase de crise, como um reflexo da crise econômica pela qual os países passavam. Uma terceira fase se delineia a partir de 2003, quando há uma retomada do processo de integração, coincidindo com uma renovação na política doméstica dos países, com governos mais alinhados com a esquerda chegando ao poder: no Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, na Argentina, Néstor Kirchner, e no Uruguai, Tabaré Vázquez.” (HOFFMANN, et al. 2008, p.103).

Neste contexto, o bloco a partir da terceira fase tem demonstrado várias iniciativas tanto de aprofundamento como de expansão de ações como o aumento dos estados associados, como o Chile (desde 1996), o Peru em 2003, Colômbia e Equador em 2004, Guiana e Suriname em 2013. E como novo membro, a Venezuela em 2012 e em processo de adesão, a Bolívia (RODRIGUES, 2016).

Esse processo de rearticulação do bloco, acontece principalmente pelo novo direcionamento dos países após a eleição de presidentes com uma ideologia alinhada à esquerda. Por exemplo, no Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, na Argentina com Néstor Kirchner, no Uruguai Tabaré Vázquez e outros países em ascensão na América Latina, como a Bolívia com a eleição de Evo Morales e a Venezuela com Hugo Chávez.

Assim, esses países adotam uma política externa que busca alternativas ao neoliberalismo e principalmente aos Estados Unidos. Apesar da agenda comercial ser estreita com os americanos pela dependência existente, houve uma tentativa de afastamento a partir da criação de novas alternativas comerciais. Existe “[...] a tendência predominante é a busca de maior autonomia, levando os governos a delimitar convergências e diferenças tanto nas relações com a potência do norte como com os vizinhos.” (AYERBE, p.219)

Maria Izabel Mallmann e Teresa Cristina Schneider Marques apontam que, apesar disto, o Mercosul, em seus primeiros anos, teve uma agenda voltada quase exclusivamente para questões comerciais e que para este ponto, não apresentou grandes avanços (2013, p.77). E considerando até a sua terceira fase em 2008, como apontado por Hoffmann, o bloco adota políticas voltadas para o desenvolvimento e inclusão social, que alcançou até a crise de 2008, uma recuperação das economias dos países participantes do bloco.

A autora também cita que a maioria das críticas feitas à trajetória do Mercosul indicam o baixo desempenho econômico, comercial e institucional do bloco e que “Outros analistas corroboram a ideia de que o Mercosul teve sucesso ao apaziguar e tornar mais transparentes e confiáveis as relações regionais.”(MALLMANN, 2013, p.80-81) e conclui

O desempenho econômico, comercial e institucional do bloco figura entre as dimensões mais criticadas. De fato, após a grande crise (1998-2002), o Mercosul não conseguiu reabilitar a magnitude dos fluxos comerciais da fase precedente. Em termos de comprometimento mútuo, considera-se que as partes não têm interesse no aprofundamento institucional da integração. Para muitos, isso seria causa e/ou efeito (dependendo da perspectiva adotada) de um reduzido comprometimento das partes com o processo de integração. (MALMANN, 2013, p.84).

De um outro ponto de vista, Charles Pennaforte e Marcos Antônio Fávaro Martins (2017), sintetizam a concepção de Samuel Pinheiro Guimarães (2014) sobre os progressos que o Mercosul obteve e aponta que

[...] Este autor assinala alguns pontos favoráveis gerados pelo MERCOSUL desde a sua criação: comércio entre os países do MERCOSUL aumentou mais de onze vezes desde 1991 enquanto que o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes;

1. A expansão dos investimentos das empresas privadas nacionais dos países participantes em outras economias do MERCOSUL;
2. grande influxo de investimentos diretos provenientes de países altamente desenvolvidos, com excedente de capital, e da China, dirigido aos países do MERCOSUL;
3. O financiamento de obras de infraestrutura nos países do bloco por entidades financeiras de países do MERCOSUL;
4. A criação de um fundo, o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, com contribuições diferenciadas (97 % do Brasil e da Argentina) para, por meio de recursos não reembolsáveis, permitir a realização de obras de infraestrutura, em especial no Paraguai e no Uruguai, que recebem 80% dos recursos, com o objetivo de reduzir assimetrias entre os países membros do MERCOSUL e criar melhores condições para o desenvolvimento;
5. aumento da mobilidade da mão de obra por meio da assinatura de acordos de residência e de previdência social;
6. a coordenação e o intercâmbio de experiências em programas sociais, em especial no campo de combate à pobreza;
7. a defesa e a consolidação da democracia (Guimarães, 2014). (PENNAFORTE; MARTINS; 2017)

Existe um alinhamento na concepção de que, em certos pontos, o Mercosul avançou, mas que não surtiu tantos efeitos quanto se propôs na assinatura do acordo, principalmente na tentativa de se tornar um mercado comum e sermos uma união aduaneira. O bloco também não se consolidou internamente como uma instituição por não ter uma aproximação com a sociedade civil.³

³ Entrevista de Karina L.P. Mariano, professora da UNESP e Carlos Juarez Centeno diretor do mestrado de Relações internacionais do Centro de Estudos avançados da Universidade de Córdoba para o Grupo de Pesquisas Vinculado à REPRI, Observatório de Regionalismos realizado por André Leite Araujo em 2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2018/03/26/27-anos-de-mercossul-um-balanco-positivo-ou-negativo/>> Acesso em janeiro de 2020.

Ainda para o Mercosul, existiu um protagonismo dos seus dois principais membros, Brasil e Argentina. Tanto no sentido de atuação para projeção internacional do bloco, quanto para a integração regional entre os dois países de forma bilateral e multilateral envolvendo outros participantes. Como aponta Cairo Gabriel Borges Junqueira: “Observa-se, assim, relativo continuum em termos de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina em prol da integração regional, mesmo cada um deles possuindo diferentes interesses no seu desenrolar.” (p.9)

Dentre esses aspectos sobre o Mercosul, existe uma demanda de inovação e expansão para que o bloco possa crescer e trazer mais contribuições positivas à região. A aceitação de países associados e a tentativa de adesão de novos países têm tido esse papel para o Mercosul apesar dos impasses.

Uma das grandes polêmicas políticas para o bloco foi o processo de inclusão da Venezuela no Mercosul. Tal processo ocorreu em 2006, no qual foi assinado o Protocolo de Adesão, definindo os compromissos e as etapas para o seu ingresso (COELHO, 2006, p.7). Devido a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela em 1999, a intenção do governo no âmbito internacional era em construir uma multipolaridade, fortalecendo a integração latino-americana e caribenha, além de promover o desenvolvimento social. (ROSALES, 2014, p.241).

Ruiz (2010) argumenta que a inclusão do país foi resultado das mudanças no cenário político regional, influenciado diretamente pela ascensão dos governos de centro-esquerda na América Latina a partir de 2002 na Argentina, Brasil e Uruguai. "A ascensão de Lula retirou Chávez do isolamento, mas a chegada de Kirchner ao poder na Argentina, e na sequência, dos demais governos da nova esquerda ampliaram as possibilidades da ação regional e internacional da Venezuela" (PECEQUILO, 2015, p.140). De forma geral:

O ingresso venezuelano é bem-vindo por diversos fatores. Em primeiro lugar, o Mercosul tem, a partir da incorporação venezuelana, uma maior dimensão regional sul-americana ao estender suas fronteiras até o Mar do Caribe. Em segundo lugar, o novo sócio é um importante produtor de petróleo e gás, o que fornece ao Mercosul uma dimensão energética que fortalece o bloco regional. Em terceiro lugar, devido à atual conjuntura dos melhores preços do petróleo, o governo venezuelano dispõe de recursos financeiros que podem ser utilizados para financiar alguns projetos regionais de infraestrutura ou mecanismos como o Fundo de Convergência do Mercosul (Focem). Finalmente, o mercado venezuelano se converte num espaço no qual os produtores mercosulianos podem ampliar e diversificar sua oferta produtiva.(RUIZ, 2010, p.78).

No período em questão o país tinha estas vantagens para compartilhar com o Mercosul, além da possibilidade de avanço nas relações bilaterais, com o Brasil, por exemplo. A

ampliação do bloco se torna evidente, estimulando a integração da América Latina como um todo.

Edmundo González Urrutia aborda uma outra perspectiva: que a admissão da Venezuela tem um impacto maior nas Relações Internacionais, já que o país vinha ganhando ainda mais visibilidade no cenário regional e que começa assim uma disputa na liderança geopolítica regional devido a abundância petrolífera (2007, p.10)⁴. Outro aspecto apontado pelo autor seria o avanço dos movimentos sociais, incentivado pela Venezuela, que poderia ampliar a sua influência no contexto regional.

Uma preocupação seria a divergência do governo Venezuelano por adotar diretrizes voltadas ao socialismo com uma cláusula de caráter democrático do Mercosul, logo todos os países do bloco deveriam buscar fórmulas de desenvolvimento comuns para que conjuntamente pudessem se projetar internacionalmente. Dessa forma, a Venezuela teria muito a oferecer caso o governo não se tornasse autoritário e excessivamente nacionalista (FARIA, GUEVARA, 2009, p.196).

A realidade é que "Em meio a tantas controvérsias, o fato é que a América do Sul, ganhou relevância na estratégia de política externa venezuelana com a sua entrada no Mercosul e com outras iniciativas em âmbito bilateral e multilateral [...]" (PEDROSO, 2014, p.96)

Já Ruiz e Saraiva (2009, p.164), descrevem que a entrada da Venezuela no Mercosul poderia afetar as relações externas do bloco devido seu posicionamento anticapitalista e conflituoso com os Estados Unidos e com outros estados europeus que apresentavam uma relação mais estreita com o Mercosul. Assim, seria necessário o alinhamento da política externa venezuelana com a do bloco.

Para o Brasil, a entrada da Venezuela corresponderia ao resultado de anos de aproximação, principalmente porque o Brasil era um dos melhores compradores de petróleo da Venezuela e entre mais “ A entrada da Venezuela no Mercosul seria benéfica para o Brasil e para os outros países do bloco visto o aumento do mercado consumidor para os produtos mercosulinos” (REISDOERFER, et al., p.41-42) e mais “há também o fortalecimento do bloco e aumento da capacidade de barganha internacional, uma vez que Venezuela e Brasil são

⁴ La primera y más obvia de las implicaciones de la admisión de Venezuela es en el plano de las relaciones internacionales. Pareciera existir un consenso entre los especialistas que el mayor y más visible efecto se advierte en el frente internacional dado el perfil y especificidad de Venezuela en la escena regional donde viene cobrando un creciente papel como un actor clave de la política hemisférica. Conviene agregar que esta proyección internacional de Venezuela está apuntalada por la bonanza petrolera que le ha permitido desplegar una activa presencia, que más allá del impacto mediático, conlleva efectos geopolíticos de largo alcance como ya se perfila en el desenvolvimiento de algunas políticas y acciones que intenta promover el gobierno del Presidente Hugo Chávez Frías. De allí, entonces, que para algunos analistas la incorporación de Venezuela tiene mucho que ver con la competencia por liderazgos en el tablero geopolítico regional. (URRUTIA, 2007, p.10, tradução nossa)

estados relevantes em questões de fontes energéticas fósseis. Assim, a entrada desse país fortalece a integração energética na América do Sul.” (p.52) Para a Argentina, Paraguai e Uruguai, o principal ganho seria o de ter um aprofundamento nas trocas comerciais.

De todo modo, a adesão de um novo país como integrante do bloco deve conter, além da aceitação das regras dos Tratados e Protocolos vigentes a partir de um Protocolo de Adesão, considerado uma solicitação formal para entrada, é exigido que de forma unânime os estados membros acordem com a aprovação de um novo membro.⁵

A entrada da Venezuela no Mercosul teria um ganho direto para o Brasil, assim como para a Argentina e o Uruguai. Apenas o Paraguai teve uma resistência devido a problemas políticos “Em seus quatro anos como presidente do Paraguai (2008-2012), o ex-bispo socialista Fernando Lugo enfrentou a resistência do Senado para aprovar a entrada porque os colorados, que dominavam a Câmara, criticavam supostas falhas democráticas da Venezuela chavista.”⁶ Com esta oposição, a entrada da Venezuela fica inviabilizada de acontecer.

O Paraguai tinha como presidente na época Fernando Lugo, que foi eleito em 2008 e considerado de certa forma pioneiro, pois rompeu uma hegemonia do Partido Colorado que estava no governo a 62 anos. Assim, o governo de Lugo teve uma série de dificuldades por conta da forte oposição pelos partidos de direita no país durante a sua permanência na presidência. Apesar da forte oposição e de uma série de tentativas de fragilizar o governo (com críticas e supostos escândalos a respeito da personalidade de Fernando Lugo), ele se manteve até o ano de 2012, quando ocorreu um confronto entre camponeses e a polícia paraguaia que resultou em um grande número de mortos e acabou inflamando a oposição. No mesmo ano, é iniciado um processo de impeachment com acusações referentes à má gestão, entre outras. O fato é que ele foi deposto em tempo recorde, com primeiro o pedido sendo solicitado no dia 20 de junho de 2012 e a deposição no dia 22 de junho de 2012, resumindo em 2 dias.

Diante do ocorrido, em reunião do Conselho do Mercosul, decidem “[..] a suspensão do Paraguai do Mercosul, em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático no Mercosul[...]

⁵**Tratado de Assunção.** Disponível em: <https://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAdUg%3d%3d> Acessado em 10 de janeiro de 2020.

⁶ JORNAL EL PAÍS. “**Paraguai volta atrás e aprova a entrada da Venezuela no Mercosul.**” Dezembro de 2013. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/19/internacional/1387413875_732555.html> Acesso em janeiro 2021.

incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do Mercosul” (Mercosul, 2012).⁷

Logo, o Paraguai foi suspenso diante do impeachment, considerado pelo Conselho um ato contra o compromisso democrático. E em seguida, emitem a decisão de aceitar a Venezuela como parte, agora em unanimidade. Logo, a entrada da Venezuela é considerada pelos pesquisadores como um tanto conturbada e não ocorre nas condições ideais. No ano seguinte, 2013, o Paraguai realiza a eleição e volta a ser um membro ativo no bloco aceitando a participação da Venezuela no mesmo

O ano de 2016 foi de grande instabilidade para o Mercosul, principalmente pela mudança dos governos dos seus dois principais membros: Brasil e Argentina. A vitória de Maurício Macri transforma algumas diretrizes da política externa Argentina, por exemplo, a aproximação direta com os Estados Unidos e a Europa, e um afastamento de alguns países da América Latina.

E para o Brasil, o impeachment de Dilma Rousseff marca o fim da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) que esteve no poder desde 2003, e manteve durante esse período uma continuidade das diretrizes da política externa brasileira. No pensamento de Pennaforte (2017), a direção da diplomacia brasileira a partir do impeachment muda e considera o Mercosul como um dos problemas para projeção internacional do Brasil avaliando que todos os anos de governo do PT voltado para o Mercosul, não produziram efeitos econômicos positivos.

De acordo com Silva (2019) Michel Temer ao assumir o governo, sinalizou mudanças profundas nas diretrizes de política externa brasileira, mas na verdade as ações radicais foram deixadas em segundo plano. Desse modo, a principal alteração foi a postura do governo em relação aos governos da América Latina com direcionamentos mais à esquerda e a crítica de que o governo deixaria de seguir ideologias políticas como no governo anterior. Uma posição ainda mais ríspida foi adotada no relacionamento com os governos do Uruguai e principalmente da Venezuela.

Em outro ponto, Pennaforte referencia bem este momento para o Mercosul.

O Mercosul na atual visão do Itamaraty configura-se como um entrave para o avanço comercial brasileiro. Sendo assim, para provocar o maior descrédito possível do bloco bem como alinhar-se às diretrizes de Washington, ex-chanceler José Serra teve a companhia do presidente argentino Mauricio Macri, iniciaram os ataques diretos à política interna da Venezuela desde que assumiram seus respectivos postos. As declarações brasileiras públicas de críticas ao governo de Nicolas Maduro chegaram

⁷ Ata de decisão do Conselho do Mercado Comum. **Regulamentação de Aspectos Operativos da Suspensão da República do Paraguai.** 30 de Setembro de 2012. Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/public/normativas/2657>> Acesso em janeiro de 2021.

ao seu ápice em agosto de 2016, com fim da presidência pro tempore do Mercosul pelo Uruguai. (p.8,2017).

No mesmo ano, o Uruguai decide deixar a representação do bloco ao término de seu mandato. “Neste momento, a Venezuela, país a quem corresponderia assumir a condução, em virtude da ordem alfabética estipulada para a rotação da presidência, anunciou aos demais parceiros que iniciaria seu mandato, apesar de não ter havido nenhum ato de transferência, como a tradicional cúpula de presidentes, e apesar da oposição da Argentina, do Brasil e do Paraguai, que consideram vaga a presidência.” (SABINO; ABID; p.2, 2016)

Em seguida, Argentina, Brasil e Paraguai criticaram fortemente a Venezuela por não cumprir com os compromissos firmados no protocolo de adesão ao bloco e questionaram sobre o país ainda seguir uma ordem democrática devido aos acontecimentos e a crise no país.

Foi analisado pelos técnicos dos governos as regras que a Venezuela deveria cumprir e que expiraram no mesmo ano. Assim

“O não cumprimento desses compromissos significaria a expulsão da Venezuela como membro da organização internacional. Acreditava-se que essa situação seria definida no último dia 23 de agosto, quando os coordenadores nacionais do bloco se reuniram novamente para buscar uma solução para a presidência temporária da Venezuela. Mas a posição firme do Uruguai deixou o corpo de coordenadores novamente sem consenso, e, portanto, o Paraguai não conseguiu obter a exclusão da Venezuela (resultado que esperava) e seu desligamento pleno da liderança do bloco. O representante uruguaio permaneceu firme em sua postura diante da pressão do Brasil, Paraguai e Argentina, impedindo que a suspensão se tornasse efetiva.” (SABINO; ABIAD, p.9,2016)

Em 2017, os membros do Mercosul, após reunião, decidiram suspender as atividades da Venezuela dentro do bloco econômico devido ao que foi chamado de ruptura da ordem democrática, infringindo uma cláusula obrigatória para todos os membros participantes do bloco. O principal motivo da suspensão foi a votação de uma assembleia constituinte sem a participação do parlamento realizada por Nicolás Maduro e a volta à prisão de dois opositores do governo, Leopoldo López e Antonio Ledezma, que antes estavam em prisão domiciliar.⁸

⁸ REVISTA ISTO É. “Venezuela é suspensa do Mercosul por ruptura da ordem democrática”. Disponível em 2016. Disponível em: <<https://istoe.com.br/venezuela-e-suspensa-do-mercossul-por-ruptura-da-ordem-democratica/>>. Acesso em janeiro de 2021.

Relações comerciais e diplomáticas no Mercosul (2013 a 2017)

No que tange ao comércio exterior, podemos analisar alguns dados de importação e exportação entre os países do bloco com a Venezuela dentro do período de 2013 a 2017.

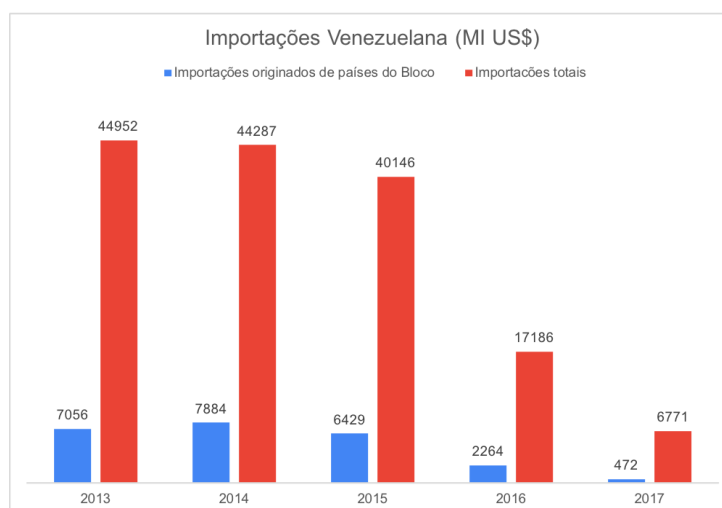
Para a Venezuela o período citado foi turbulento internamente, tanto no contexto político quanto econômico, apesar dos avanços obtidos por Hugo Chávez na qualidade de vida da população, não houve diversificação da economia, e em 2014, ocorreu uma queda nos preços do petróleo afetando diretamente todos os setores e o abastecimento da população diretamente (pela dependência da importação). Com isso, a oposição ao chavismo aumentou e se fortaleceu, contribuindo para uma crise política e social

“A partir do segundo semestre de 2014, os preços do petróleo passaram a declinar acentuadamente, tendo variado de US\$ 114 por barril em julho deste ano a US\$ 46 por barril em janeiro de 2015. As flutuações ao longo do último ano continuaram mostrando uma tendência de declínio, com o preço tendo chegado a US\$ 27 por barril em janeiro de 2016” (PEDROSA; CÔRREA; p.5, 2016).

Assim, “O colapso da economia venezuelana e o declínio do chavismo no país demonstram que o chamado “eixo bolivariano” não conseguiria se manter. Com a queda do preço do petróleo e a má administração pública, a Venezuela está em uma situação econômica e social alarmante.” (PENNAFORTE; MARTINS; 2017)

Isso se reflete diretamente nos dados de importações totais e importações originárias dos países do Mercosul, que vai diminuindo a partir de 2014 e assim, agravando a situação da Venezuela, chegando a uma crise humanitária.

Gráfico 1 - Importações Venezuelana (MI US\$)



Fonte: UN Comtrade Database (gráfico elaborado pelo autor).

No Gráfico 1 acima, podemos ver que as importações da Venezuela em relação aos países do bloco, aumentaram somente no ano de 2014, em particular incentivadas pelo aumento das importações vindas do Brasil e da Argentina. E por outra perspectiva, vemos a correspondência de importações originados de países do bloco versus importações totais, teremos a seguinte proporção: 2013 - 15,70%; 2014 - 17,80%; 2015 - 16,01%; 2016 - 13,17%; 2017 - 6,97%.

Tais dados mostram que do lado venezuelano, não houve um aumento das transações comerciais. Diante dessa situação, as atenções são voltadas à Venezuela devido a crise de abastecimento no país e aos atos do presidente, sendo esta, uma questão discutida nos órgãos internacionais.

A seguir temos os dados de exportação da Venezuela para cada país do bloco, assim como o seu relacionamento bilateral com esses países, e o posicionamento frente a sua situação. Um fato importante é que em 2016 temos um cenário de crise financeira internacional e aumento geral da dívida externa dos países da América Latina⁹.

A instabilidade chinesa no início do ano de 2016 refletiu de forma negativa no restante do mundo¹⁰. Seus números ao final de 2015 proporcionaram dúvidas em relação a desaceleração da economia, devido a baixa demanda de compra pelos países, bem como a queda dos preços de commodities¹¹. Consequentemente, houve queda na cotação das bolsas chinesas e no restante do mundo.

No que tange às exportações brasileiras, desde 2013, as de produtos de origem venezuelana só diminuíram e a sua representatividade em relação às exportações totais também. Vale ressaltar que, no Brasil, a recessão e a crise começaram a se agravar em 2015, o que motivou ainda mais o processo de impeachment no ano seguinte.

⁹ ECODEBATE. **A crise financeira e recessão mundial em 2016, artigo de José Eustáquio Diniz Alves**. 2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/01/27/a-crise-financeira-e-a-recessao-mundial-em-2016-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> Acesso em janeiro de 2020.

¹⁰ JORNAL EL PAÍS. **A economia global enfrenta seu maior desafio desde 2008**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/23/economia/1453586269_072618.html> Acesso em janeiro de 2020.

¹¹ UOL. **China e crise das commodities desaceleram comércio global em 2015**. 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2016/03/09/china-e-crise-das-commodities-desaceleraram-comercio-global-em-2015-diz-bm.html>> Acesso em janeiro de 2020.

Quadro 1 - Exportações Brasileiras (MI US\$)

Exportações Brasileiras (MI US\$)					
Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações originadas na Venezuela	1 181	1 174	680	415	392
Exportações totais	239 748	229 154	171 446	137 552	150 749
Representatividade	0,49%	0,51%	0,40%	0,30%	0,26%

Fonte: UN Comtrade Database (gráfico elaborado pelo autor).

No Quadro 1, é possível observar um acentuado declínio das exportações originadas da Venezuela principalmente entre os anos de 2014 e 2015, uma vez que o país também diminuiu drasticamente o número de exportações totais com outros países. Nota-se também que a representatividade do Brasil entre os países também decresceu.

As relações diplomáticas com o Brasil até 2016, apesar da crise, foram de alinhamento e aproximação. Após o impeachment, assumindo o governo Michel Temer, diversas críticas e o distanciamento foram evidentes, justificado também pelo posicionamento de Nicolás Maduro sobre o Brasil, pela afirmação de que o dito impeachment foi na verdade um golpe.¹² Outro ponto, é a aproximação do Brasil aos Estados Unidos comandado por Donald Trump, que comentou a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela. De forma geral, Araújo também aponta este aspecto:

"No tocante ao caso brasileiro, as importações do Brasil para a Venezuela vem se reduzindo permanentemente, principalmente a partir de 2015. Também as exportações apresentaram queda, mas ficaram razoavelmente estáveis entre 2016 e 2017. Desse modo, o impacto comercial se inicia no segundo governo de Dilma Rousseff, antes do período de Michel Temer. E a diminuição da importância venezuelana nas relações comerciais brasileiras é notável no contexto de confronto com Caracas e das suspensões do Mercosul – sendo a última celebrada em São Paulo. Isso porque, no contexto de adesão da Venezuela ao bloco, era um dos principais parceiros comerciais do Brasil, o que impulsionou o apoio à ampliação do Mercosul" (2019, p.35).

A representatividade das exportações argentinas originadas na Venezuela, passou por um aumento substancial em 2016, mas em relação ao total não houve uma diferença significativa durante esses anos, conforme o Quadro 2 abaixo.

¹² GLOBO. **Maduro apoia Dilma e Lula contra 'golpe' no Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/maduro-apoia-dilma-e-lula-contr-golpe-no-brasil.html>> Acesso em janeiro de 2020.

Quadro 2 - Exportações Argentinas (MI US\$)

Exportações Argentinas (MI US\$)					
Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações originadas na Venezuela	52	10	7	68	16
Exportações totais	74 442	65 736	60 203	55 911	66 899
Representatividade	0,07%	0,02%	0,01%	0,12%	0,02%

Fonte: UN Comtrade Database (quadro elaborado pelo autor).

O governo venezuelano, comandado por Nicolás Maduro no período, mantinha uma relação arisca com o presidente argentino Mauricio Macri, que criticou duramente os acontecimentos na Venezuela. E por fim, para o Paraguai não houve nenhum momento em que as transações comerciais foram significativas, e em termos políticos tinham uma relação de pouca aproximação.

Uma citação de Araújo, aponta que houve um maior intercâmbio entre os países neste período

Notavelmente, o caso paraguaio chama atenção, pois foi um dos principais críticos à entrada da Venezuela ao Mercosul e vem marcando forte oposição ao governo caraquenho – o que não impediu o desenvolvimento positivo dessa troca comercial. Contudo, considerando os demais países, nota-se um acentuado declínio a partir de 2013, apontando que as crises econômica e política, tanto na Venezuela quanto nos demais países, afetou o volume do intercâmbio.(2019,p.34).

Quadro 3 - Exportações Paraguias (MI US\$)

Exportações Paraguias (MI US\$)					
Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações originadas na Venezuela	0	1	4	1	5
Exportações totais	12142	12169	10291	9750	11873
Representatividade	0,00%	0,01%	0,04%	0,01%	0,04%

Fonte: UN Comtrade Database (quadro elaborado pelo autor).

É possível observar no Quadro 3 que houve uma aproximação pouco expressiva se comparar os países entre o ano de 2013 e 2017. No entanto, é um valor que pode ser considerado razoável entre os países, já que em 2013 o valor de exportação era 0 e em 2017 foi para 5.

Quadro 4 - Exportações Uruguaias (MI US\$)

Exportações Uruguaias (MI US\$)					
Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações originadas na Venezuela	492	438	125	4	11
Exportações totais	11642	10762	9489	8137	8458
Representatividade	4,23%	4,07%	1,32%	0,05%	0,13%

Fonte: UN Comtrade Database (quadro elaborado pelo autor).

Com o Uruguai a representatividade das exportações realizadas, conforme o Quadro 4, correspondia a aproximadamente 4,23% do total exportado, a maior entre os membros do Mercosul. Para além desse aspecto, em termos políticos e diplomáticos, o país teve uma relação apaziguadora com a Venezuela, devido a alguns momentos, como em assumir a frente do Mercosul.

Tais dados podem ser justificados diretamente pela instabilidade e crise internacional na maioria dos países participantes do bloco neste período, mas que também apresenta uma visão de que

[...]há a necessidade de constante adaptabilidade do Mercosul num ambiente internacional altamente dinâmico e competitivo, transpondo seus obstáculos e se reinventando, realizando uma estratégia que pressupõem não apenas a coexistência pacífica entre seus países, mais ainda na importância da cooperação entre eles, uma solidariedade regional, que busca inclusive superar os projetos de desestabilização internos, que visam a todo momento e a todo custo rechaçar a importância do Mercosul e colocá-lo em segundo plano, quando não extingui-lo. (RODRIGUES, 2016,p.15).

Em relação a esse período, praticamente não houve avanços na criação de um Mercado Comum e a instabilidade acaba atingindo todos esses países, por questões econômicas internacionais, pelos problemas domésticos e diante de mudanças de governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a política externa adotada pela Venezuela a partir do governo de Hugo Chávez, vemos uma política ativa que buscou uma alternativa às grandes potências mundiais através de uma integração e cooperação latino-americana. A mudança dos governos dos países participantes do bloco neste período teve um direcionamento mais voltado à esquerda política, evidenciando uma possível transformação e avanço nos temas sociais como políticas públicas voltadas à diminuição da pobreza e habitação.

A adesão da Venezuela ao Mercosul gerou uma série de expectativas aos estudiosos e aos principais países envolvidos, pelo tamanho do país em termos de população e um aumento do mercado consumidor dos produtos e mercadorias originárias dos países membros do bloco. Para o bloco, ter um dos maiores produtores globais de petróleo abriria um caminho de novas possibilidades e expansão da influência no quesito regional e internacional, além de beneficiar o próprio relacionamento bilateral entre os membros, porém a adesão foi postergada, dada a resistência do Paraguai, e todo o processo acabou acontecendo em uma conjuntura delicada da história venezuelana, com a perda de um dos maiores líderes do país, Hugo Chávez, e em contexto de crise econômica e política. A entrada conturbada da Venezuela gera discussões até os dias atuais sobre a real legalidade da ação após a suspensão do Paraguai. De certo modo levou também uma instabilidade política ao bloco.

A alternância dos governos na América Latina após a entrada da Venezuela no bloco, alterou a conjuntura que anteriormente era mais alinhada ao projeto político venezuelano causando um afastamento diplomático entre os países, conseqüentemente, impactando também nas questões comerciais. Além disso, temos que considerar que o período em análise presencia uma recessão internacional, o ambiente se torna instável politicamente e economicamente não só na Venezuela, mas em todos os membros.

A Venezuela permanece até o presente momento em um contexto de crise em vários âmbitos. Sua participação teve impactos junto à opinião pública dos países membros, que avaliam que a entrada do país como membro não gerou impactos positivos ao bloco. Enquanto o Brasil permanecer com um governo que sustenta uma política externa de alto perfil ideológico, no sentido inverso ao que se tem na Venezuela governada por Nicolás Maduro, a expectativa é de permanência no esfriamento das relações e a manutenção da suspensão do país do bloco.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul: no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, pag. 204, ano 1993. Disponível em: <https://www.academia.edu/5546710/01_O_Mercosul_no_contexto_regional_e_internacional_1993>. Acesso em maio de 2020.

ARAUJO, André L. **Venezuela: relações comerciais e políticas**. Observatório de Regionalismo: Dôssie 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/wp-content/uploads/2020/09/6.pdf>> Acesso em janeiro 2021.

ARCE, Anatólio M. **Como a Venezuela chegou ao Mercosul? A política externa do governo Hugo Chávez (1999-2006)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/ANAT%20LIO-MEDEIROS-ARCE.pdf>> Acesso em dezembro de 2020.

ARENAS, Nelly. **Nicolás Maduro: ¿Populismo Sin Carisma?**. Cuadernos del Cendes, Caracas, v. 33, n. 92, p.113-128, mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://ve.scielo.org/pdf/cdc/v33n92/art07.pdf>> Acesso em janeiro de 2021.

AYERBE, Luis F. **Governos de Esquerda na América Latina e a perspectiva da política externa dos EUA**. Observatório de Política Sul-Americana (OPSA/IUPERJ), Perspectivas, São Paulo, v.33, p. 213-232, 2008.

AZEREDO, Mauro Mendes. **A crise da democracia venezuelana. Relação com os Estados Unidos**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Venezuela: Visões Brasileiras*. Brasília: IIPRI, 2003. p. 136.

BARROS, Pedro S. **Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana**. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, Cadernos PROLAM/USP, ano 5, v.2, p.209-237, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>>

BARROS, Pedro S. **Governo Chávez e desenvolvimento: A política econômica em processo**. Dissertação (Mestrado em economia política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9307/1/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf>> Acesso em dezembro de 2020.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **Venezuela em Crise: O Que Mudou com Maduro?**. *Derecho y Cambio Social*, Lima, 2018. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

BRUCE, Mariana. **Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2017.

BUZETTO, Marcelo. **As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS): América Latina: nova fase de múltiplos embates, n. 19/20, 2008. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/14.pdf> Acesso em dezembro de 2020.

CAMARGO, Sonia. **Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?**. Lua nova, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a03n68.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

CANO, Jorge. **Venezuela: limites para uma nova política econômica**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=537&tp=a>> Acesso em dezembro de 2020.

FEIJO, José Carlos Valenzuela. **Venezuela: algumas lições do golpe de Estado e do contragolpe**. In OURIQUES, Nildo (Org) Raízes no libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela. 2 edição, Florianópolis: Insular, 2005.

FERREIRA, Mariana D. **A política externa Venezuelana para a integração regional (2004-2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana**. 2016. Dissertação (Mestre) - Curso Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174288/344597.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em dezembro de 2020.

FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179666/349181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em dezembro de 2020.

FONTANELLI, Amanda de Rossi; et all. **A entrada da Venezuela no Mercosul: desafios e vantagens estratégicas à inserção internacional do Brasil**. RICRI Vol.3, No. 5, pp.33-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/25351/14554>> Acesso em janeiro de 2021.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro; COUTINHO, Marcelo; KFURI, regina. **Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul**. Revista brasileira de política internacional, pag. 98-116, ano 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a07.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

JUNQUEIRA, Cairo G. B. **Brasil, Argentina e a integração no Mercosul: Trajetórias e projeções subnacionais em meio à relação doméstico-internacional**. Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/JUNQUEIRA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf> Acesso em janeiro 2021.

LEAL, Edson P. B. **Venezuela – Governo Nicolás Maduro – 2013 a abril de 2016**. Saraiva, 2016.

MALMANN, Maria Izabel. **Leituras do Mercosul: Diferentes percepções acerca do Bloco**. SÉCULO XXI, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 73-88, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8956/2/Leituras_do_Mercosul_diferentes_percepcoes_acerca_do_bloco.pdf> Acesso em novembro de 2020.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp. 2009

MELLO, Régis T; GABIATTI, Daniel A; CAMARGO, Luís H. K. **O processo de impeachment do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo: observando o fenômeno jurídico material à luz da teoria crítica do direito**. Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 157-170, jul./dez. 2012. Disponível em: <portalperiodicos.unoesc.edu.br> Acesso em janeiro de 2021.

MORAES, Wallace. **Governados por quem?: diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela**. Editora Prismas. 2018.

OLIVEIRA, Renata P. **Venezuela e os antecedentes de uma política externa ativa: petróleo e democracia como elementos de política externa do regime Punto Fijo**. Revista Instituto Mercosul de Estudos Avançados da Universidade Federal da Integração Latino-Americana v.1, n.3, pp. 132-140, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/issue/view/18>>Acesso em agosto de 2020.

PEDROSA, Oswaldo; CÔRREA, Antônio. **A crise do Petróleo e os desafios do pré-sal**. FGV, 2016. Disponível em: <https://www.fgv.br/fgvenergia/oswaldo_pedrosa_petroleo/files/assets/common/downloads/publication.pdf> Acesso em janeiro 2021.

PENNAFORTE, Charles. **A política externa Brasileira Pós-Impeachment: Mudança ou estagnação?**. Fórum Universitário Mercosul: XVI Congresso Internacional - Integração Regional em tempos de crise: Desafios políticos e dilemas teóricos. 2017. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503771154_ARQUIVO_FOMERCO.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos A. F. **MERCOSUL, 25 anos depois: os problemas estruturais e o impacto da mudança de conjuntura**. L'Espace Politique. 2017.

Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacepolitique/4180#article-4180>> Acesso em janeiro de 2021.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013)**. In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

PRESSE, France. **Venezuela: as 14 eleições da era Chávez**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html>>.. Acesso em: 03 de janeiro 2020.

RIBEIRO, Raissa Coan. **O impacto das instituições frágeis no desenvolvimento: a “maldição” do petróleo na Venezuela**. 2015. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134814>> Acesso em janeiro de 2021.

ROMERO, Carlos. A. **Dos etapas en la política exterior de Venezuela**. Revista Politeia: Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela, n.30, pp. 319-342. 2003. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/1700/170033588015.pdf>> Acesso em Abril de 2020.

_____. **Venezuela: De um sistema político a outro**. DEP: Diplomacia Estratégica Política, vol.1, 2005. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/component/content/article?id=37>> Acesso em Março de 2020.

_____. **A política externa da Venezuela bolivariana**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/A%20politica%20externa%20da%20Venezuela%20bolivariana_Resumo.pdf> Acesso em dezembro de 2020.

RUIZ, José Briceño. **O Mercosul na política de integração de Venezuela**. Civitas: Porto Alegre, v.10, n.1, p.77-96, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/208801039.pdf>> Acesso em dezembro de 2020.

SABINO, Marco A; ABIAD, Pablo. **Crise do Mercosul: Presidência pro tempore da Venezuela**. Desenvolvendo Ideias Llorente &Cuenca: Buenos Aires-São Paulo, 2016. Disponível em: <https://ideasbr.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/8/2016/09/160913_DI_inf_Mercosul_BR.pdf> Acesso em janeiro de 2021.

SALAS, Ana S. G. **Política Exterior de Venezuela para América Latina durante el gobierno de Hugo Chávez**. Cadernos PROLAM/USP, v.15, n.28, pp. 125-143. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/119747/120977>> Acesso em Janeiro de 2021.

SANTOS, Fábio L. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante. 2018.

SARAIVA, Miriam G; RUIZ, José B. **Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional. 2009, p. 149-166. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n1/v52n1a08.pdf>> Acesso em janeiro 2021.

SILVA, Daniel C. C.. **Venezuela: o governo Hugo Chávez e a utilização da renda petroleira**. 2009. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123548>> Acesso em dezembro de 2020.

SILVA, Álvaro V. C. **A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): Mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.10, n.49, p.23-41, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954>> Acesso em Fevereiro de 2021.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de. **Instabilidade Política e Democracia na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez**. In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

VALENTE, Leonardo. **A Política Externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: Rupturas e Continuidades**. Boletim do Tempo Presente, n.07, pp. 1 - 25. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4167>> Acesso em agosto de 2020.

VANBIERVLIET, Sebastien Adins. **El Proyecto Regional Bolivariano y las Consecuencias de la Muerte de Hugo Chávez para América Latina**. Agenda Internacional, Lima, n. 31, p.9-30, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/agendainternacional/article/view/7725/7973>> Acesso em janeiro de 2021.

VAZ, Alcides C. **Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 44, p. 43-54, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a04v44n1.pdf>> Acesso em dezembro de 2020.

VASCONCELLOS, Vinícius V. **O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21487/000736676.pdf?sequence=1>> Acesso em dezembro de 2020.

VENEZUELA. **Líneas Generales del Plan de desarrollo economico y social de la nación 2007-2013.** Caracas, 2017. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2007-2013.pdf>> Acesso em dezembro de 2020.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A situação política na Venezuela e as suas perspectivas.** FUNAG: Cadernos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, nº13. 1994. Disponível em <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/cadernos-do-ipri-num-13.pdf>> Acesso em agosto de 2020.